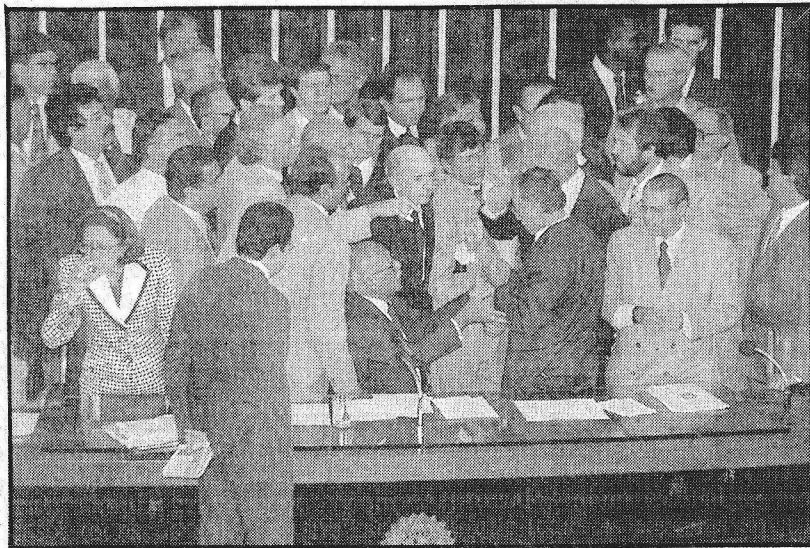


Câmara escolhe punição leve para os baderneiros do PDT

6 04 FEV 1994 O GLOBO

Arquivo/22-9-93

BRASÍLIA — Sem conseguir um consenso, a Mesa da Câmara aprovou ontem, por 5 votos a 2, a decisão de advertir por escrito os deputados do PDT que promoveram uma baderna no plenário durante a sessão de instalação da revisão constitucional, em setembro. A sessão acabou sendo suspensa por causa do tumulto, durante o qual o requerimento a ser votado foi rasgado e o microfone da Mesa arrancado. O parecer do procurador parlamentar Vital do Rego (PDT-PB) recomendava a suspensão do mandato dos deputados Luiz Alfredo Salomão (RJ), Paulo Ramos (RJ) e Wilson Muller (RS). No julgamento de outro processo, a Mesa decidiu pedir a suspensão do mandato de Paulo Ramos por cinco dias, por ele ter também chamado de “moleque” o presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB). Para a punição ser validada, a Comissão de Constituição e Justiça terá que referendá-la.



A confusão armada na Mesa da Câmara, no dia em que seria instalada a revisão

Desde o início a Mesa pretendia punir mais severamente apenas Paulo Ramos. O próprio presidente da Câmara, Inocêncio de Oliveira (PFL-PE), defendia a tese de que Salomão e Muller de-

veriam ser apenas advertidos. Contrários a esta decisão estavam apenas os deputados Roberto Cardoso Alves (PTB-SP) e Wilson Campos (PMDB-PE), que queriam a suspensão por 30 dias

para todos os três. Quarta-feira os sete integrantes da Mesa permaneceram reunidos por quatro horas e meia sem chegar a um consenso. Chegaram ontem, em apenas dez minutos, através do voto.

Inocêncio, Adylson Motta (PPR-RS), Fernando Lyra (PSB-PE), Aécio Neves (PSDB-MG) e B. Sá (PP-PI) votaram pela advertência escrita, contra os votos de Cardoso Alves e Campos. Logo depois, a Mesa decidiu também por 5 a 2 suspender Ramos por cinco dias pela ofensa a Lucena — Cardoso Alves e Campos votaram novamente pela suspensão de 30 dias.

— Por ser reincidente, a Mesa votou pela sua suspensão de cinco dias — explicou Inocêncio.

A mera advertência por escrito deixou insatisfeitos vários deputados. Entre eles Sandra Cavalcanti (PPR-RJ), que queria que os três ficassem suspensos até o fim do processo de revisão.